

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -

----- **ATA NÚMERO CATORZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e três reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, José Fernando de Almeida Louro e Isabel Fernanda Moura e Sá Costa. -----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa; -----

----- Lourenço Paour Miguel Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro. -----

----- Às dezoito horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Referiu que das moções enviadas havia uma que entendia não estar em condições de ser avaliada e analisada na sessão, porque em primeira instância não cumpria o regulamento e o processo de entrada. Independentemente do seu conteúdo, que era absolutamente meritório, queria pedir à primeira subscritora que a colocasse para a próxima Assembleia, corrigindo o órgão e um ou dois dados. -----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que se o Executivo da Junta de Freguesia estivesse em condições de dar resposta prestaria desde já esse esclarecimento, caso contrário era através da morada identificada que seria enviado o esclarecimento.--

----- **Freguesa Maria Gabriela Mendes** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu vivo na Rua dos Remédios e não pertença à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, mas sim à Junta de Freguesia de São Vicente. A razão pela qual eu estou aqui é pura e simplesmente para ter a certeza de que a cópia do e-mail que enviei para as entidades competentes foi recebida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior por causa da situação da Rua dos Remédios, que o Senhor Presidente sabe qual é a situação do trânsito. -----*

----- *Eu mandei uma cópia de tudo aquilo que enviei e pedi-lhe a sua ajuda porque temos um tráfego de tuc-tuc e TVDEs em flagrantíssima transgressão todos os dias, porque a sinalização está lá. Enviei para a Polícia de Trânsito, enviei para o DMM da Câmara Municipal de Lisboa, enviei para a Polícia Municipal e depois copieei para o Senhor -----*

Presidente no sentido de lhe pedir a ajuda necessária para tentar que uma brigada de trânsito pudesse estar ali, ainda que ocasionalmente, para sancionar aquelas transgressões.-----

----- *A razão pela qual eu estou aqui hoje é porque isto foi feito no dia 24 de maio, eu tive esperança que alguma dessas entidades me respondesse e não obtive respostas. Estamos no mês dos Santos Populares, como sabe o aumento de peões é imenso. Ontem houve agressões na via pública entre o condutor de um tuc-tuc e um transeunte, porque além do tráfego aumentado que fazem eles têm uma dose grande de incivilidade, há picardias permanentemente entre ligeiros e viaturas de turismo e ontem foi entre um transeunte em cima do qual um tuc-tuc buzinou e o senhor não levou a bem, até porque não tinha outra hipótese a não ser passear no meio da rua. A senhora ia com um carrinho de bebé e houve ali uma troca de socos.*-----

----- *Eu já fiz a pergunta diretamente a um condutor:*-----

----- *“O Senhor vem de onde? Do Cascão ou do Paraíso?”*-----

----- *“Do Paraíso.”*-----

----- *“O Senhor não viu o sinal?”*-----

----- *Só falta mostrar-lhe a fotografia e eles ignoram, entendem que aquela rua está liberada, como me disse o condutor.*-----

----- *Se não houvesse sinalização, ok, tínhamos que aguardar a aposição de sinais, mas a sinalização está lá.*-----

----- *Eu só peço que o Senhor Presidente, dentro da possibilidade que tenha, nos ajude para que haja uma fiscalização daquelas transgressões. Tem aí as fotografias, tem a identificação dos sítios onde estão apostos os sinais de trânsito, é fácil pôr ali uma brigada de trânsito. Digo eu.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não sendo moradora e recenseada em Santa Maria Maior, continuava a ser da cidade e do bairro. Por vezes era a diferença de ruas que fazia com que fossem de outra Freguesia.-----

----- Realizou-se uma reunião com a Senhora Vereadora da mobilidade por causa do plano de drenagem e um dos alertas que na altura foi transmitido pelo Senhor Presidente e subscrito por todos era o perigo que iria provocar a contenção de trânsito por causa da intervenção junto a Santa Apolónia. Essa foi uma matéria que o Senhor Presidente falou e era subscrita por todos.-----

----- Tinham sentido nos últimos tempos na cidade um aumento do conflito entre os condutores de tuc-tuc e os condutores de TVDE, que obrigatoriamente eram acolhedores, mas o nível de infrações que eles estavam a criar obrigava a que o Senhor Presidente de Junta tivesse nova ação. Já tinha falado em Assembleia Municipal.-----

----- **Freguesa Maria Gabriela Mendes:**-----

----- *“Deixe-me só acrescentar que nesses e-mails foi referida também uma coisa que por acaso nós nos encontrámos lá em baixo e falámos. Depois de terem desviado o trânsito por via das obras dos túneis de drenagem não foi feita em ponto nenhum da Rua dos Remédios uma passadeira, nós não temos onde atravessar a rua. Eu referi isso também.”*-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que aproveitava para colocar as questões, porque esse problema já tinha intenções de o colocar na presente sessão, mas havia outra coisa que achava ser importante. Houve uma postura da Câmara há uns anos que dizia que os tuc-tuc tinham que ser só elétricos e sem poluição, o que acontecia era que depois da pandemia tudo o que era poluição e tuc-tuc que estavam a motor foram todos para a rua. Era uma coisa descomunal.-----

----- A Rua dos Remédios era uma fila enorme de tuc-tuc com barulho, com poluição, com tudo isso. Se a postura ainda estava bem, devia também junto da Câmara ver como se podia resolver esse assunto. -----

----- Já tinha dito em outras Assembleias e continuava a dizer que os tuc-tuc não deviam passar na Rua dos Remédios. Nesse dia era um autocarro pequeno a descer e depois era uma fila de tuc-tuc, tinha contado vinte atrás do autocarro, depois atrás iam outros carros a fazer fila. Tinha-se a Rua dos Remédios cheia de trânsito e isso não podia ser, eles podiam deixar as pessoas na Feira da Ladra e as pessoas que andassem a pé, mas tinham que se tomar medidas em relação a isso. -----

----- Também tinham que se tomar medidas em relação ao Largo da Sé. As pessoas não podiam apanhar o autocarro porque os tuc-tuc estavam estacionados na paragem, depois havia uma discussão entre o motorista do autocarro e os tuc-tuc. Nos miradouros de Santa Luzia e das Portas do Sol era outra pouca-vergonha. -----

----- Havia um certo número de tuc-tuc a funcionar, em circulação, mas agora era por demais, havia zonas em que era por demais e tinha que se pôr algum cobro em relação a isso. Era importante que se tomassem medidas em relação a isso. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que muito agradecia essa exposição da sua vizinha. Via essa situação acontecer na Rua dos Remédios, que a bancada do PS e toda a Assembleia tinham conhecimento. Era uma situação que se repetia e que era perigosa para a vida dos fregueses dessa Freguesia e que não era compreensível a atitude da Câmara Municipal, não era compreensível o papel da Polícia Municipal. Podiam falar das competências que tinha em relação ao trânsito, mas o que acontecia e que se via na Freguesia era as situações serem ignoradas, a Polícia Municipal servia para fiscalizar algumas obras e pouco mais. -----

----- A Rua dos Remédios era perigosa, não tinha passadeiras. Foi recuperada e muito bem com um esforço da Freguesia nas obras executadas no anterior mandato, com o apoio da Câmara Municipal que fez uma obra excepcional, uma obra única na cidade, recuperou o espaço para aqueles que ali viviam, retirou os carros de cima dos passeios. Começou-se a ter uma vivência normal e nesse momento todos viviam o risco de serem atropelados, de algum familiar ser atropelado. -----

----- O que acontecia era que foi mudado o trânsito, tivera oportunidade de presenciar através da apresentação que ali foi feita pela Câmara, que havia a intenção do trânsito passar por ali. Como residente tinha ficado logo preocupado. Essa alteração por causa da obra, que era uma obra importante para a cidade, ia pôr em risco a vida daqueles que ali habitavam e isso era negativo. -----

----- O que se via diariamente era a Câmara Municipal nas suas competências a falhar.

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que havia um regulamento municipal, à falta de um regulamento do Estado Central que regulasse como devia ser nessas zonas cinzentas o tipo de mobilidade suave, criativa, informal. Apesar de tudo havia regras, eles deveriam ser todos silenciosos e elétricos. -----

----- Esse tipo de negociação era feita dentro da medida do possível, apesar da Lei ser um pouco cinzenta. As cidades e as vilas, os sítios de poder local, tentavam negociar com as operadoras para que a coisa se conseguisse amenizar. A Lei era para os cidadãos que tinham viaturas, que pagavam impostos, pagavam seguro, pagavam tudo e mais alguma coisa, tinham matrículas e responsabilidade civil, mas depois para a mobilidade suave não havia o mesmo tipo de responsabilidade. No entanto, havia proprietários de tuc-tuc que pagavam fortunas por serem elétricos. -----

----- Muits vezes tinha que haver uma alteração de Lei central para dar força de Lei a um regulamento local. -----

----- Outra coisa era o PGDL, uma obra de adaptação à emergência climática. Incomodava como qualquer obra e essa em particular, porque era uma obra muito difícil e temporária. Lamentava imenso os transtornos, mas as pessoas também tinham que perceber que por vezes os incómodos eram para o bem comum. Morreram pessoas nas cheias e era um processo muito complexo que tinha sido adiado há trinta anos ou mais.

----- Agora houve coragem para o fazer. Era extremamente difícil e impopular, mas estava-se a fazer e lamentava o incómodo.-----

----- Realmente a freguesia tinha razão, viver nessa Freguesia era desafiante, só com muita resistência uma pessoa conseguia aguentar tanto barulho e tanta pressão ao mesmo tempos. A freguesia fazia muito bem em ir ali e agradecia o seu testemunho.----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não era fazer uma ligação direta com a Membro Sandra Gadanho, mas era dirigido a todos. Em primeira instância as questões desse período não se deviam dirigir como resposta ao público de forma direta, a resposta devia ser prestada pelo Executivo da Junta ou pelos Membros da Mesa. Pedia desculpa se alguém considerasse com isso um exagero da sua competência enquanto Presidente de Mesa.-----

----- A forma como a resposta foi dada era meramente pessoal e respeitava. Não tinha que dizer absolutamente nada. Tinha apenas que pedir que no fuuro a interpelação fosse feita para si ou para o Executivo da Junta. Não era habitual e nunca sucedeu em Assembleias anteriores, desde que fazia parte desse órgão, que um Membro da Assembleia respondesse diretamente à população. Eventualmente a Lei estaria mal construída, mas era a Lei que tinham e deviam respeitar.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Senhora tinha toda a razão. A Rua dos Remédios deu um grande trabalho à Junta em recuperá-la, foi integralmente feita pela Junta e a Câmara só apoiou com dinheiro, o resto foi projeto da Junta, fiscalização da Junta, concurso público lançado pela Junta. Conseguiu-se reabilitar a Rua dos Remédios e dar uma outra dignidade que não tinha. Eram passeios muito estreitos, os carros em cima dos passeios, o comércio a reclamar porque tinha carros em cima, as pessoas sobretudo com falta de mobilidade com medo de sair à rua porque não tinham espaço onde andar, os carros em grande correria.-----

----- Conseguiu-se em paralelo fazer uma luta para impedir que os tuc-tuc entrassem dentro dos bairros históricos ali na Mouraria e se repente isso foi tudo por água abaixo. Reconhecia isso, não por falta de sinalização, estava lá sinalização porque tinha pedido à Câmara para pôr lá sinalização, mas sim porque viviam um momento em que havia uma total desresponsabilização em relação ao espaço público por parte de quem deveria ter responsabilidade.-----

----- A legislação do licenciamento zero não facilitava a regulação dessa atividade económica. Recordava que o licenciamento zero para a área do turismo foi criada algures no tempo do primeiro e único Governo do então Primeiro-Ministro Passos Coelho, o Ministro era Adolfo Mesquita Nunes do CDS.-----

----- Já se tinha oferecido ao Senhor Presidente da Câmara para ir com ele se necessário protestar contra o atual Governo para eliminar o licenciamento zero na Cidade de Lisboa, porque era prejudicial para o centro histórico. Dava-se bem com o Senhor Presidente da Câmara e muitas vezes conseguiam resolver problemas pontuais, mas nessa matéria, porventura por razões ideológicas, “chutou um bocado para canto”. Toda a gente achava que estava na moda era a livre iniciativa, toda a gente fazia o que queria e depois isso regulava-se tudo sozinho, mas não era verdade.-----

----- Os limitadores de velocidade foram colocados por exigência da Junta, mas não estavam satisfeitos e já tinha informado a Câmara que, se não substituíá, a Junta punha, mas iriam ter um conflito.-----

----- A seguir ao e-mail da freguesa tivera o cuidado de telefonar à Senhora Diretora da Mobilidade, Doutora Ana Raimundo, que também parecia uma pessoa razoável para resolver problemas. Combinara com ela uma volta pelo território, para ver in loco o que podiam fazer. -----

----- O que podia dizer era que se isso não estivesse resolvido até dia 20 convidava todos a fazer um corte de estrada na Rua dos Remédios e dar visibilidade. Se a Câmara não resolvesse, no dia 20 fariam um corte de estrada na Rua dos Remédios e a Junta de Freguesia convidava a população a interromper o trânsito todo durante a parte da manhã na Rua dos Remédios. -----

----- Tinham que entender que a cidade precisava andar para a frente, o plano geral de renagem era importante para a Cidade de Lisboa, seria responsável pela eliminação de 90% das situações de cheias que tinham. Era impossível alguma obra impedir tudo, se tivessem um cataclismo ou uma tromba de água ao mesmo tempo não havia plano de drenagem que aguentasse, mas era muito importante haver esse plano de drenagem. Causava prejuízo aos cidadãos, ao comércio, à cidade, mas a obra tinha que ser feita. --

----- As obras incomodavam as pessoas, obrigavam a constrangimentos, mas se os tuc-tuc não podiam passar não podiam permitir que eles continuassem a passar. Se os automóveis de carga superior e três toneladas e meia não podiam passar, não podiam permitir que eles continuassem a passar, como um dia passou uma camioneta que derrubou os pilares todos junto ao Jardim do Tabaco e o problema era que depois não se conseguia pedir identificação porque não tinham autoridade para isso. A Lei de Proteção de Dados não permitia nada e não podia imputar a despesa daquilo a ninguém.

----- Ficava desde já o seu compromisso para dia 20, fariam comunicados e isso tudo. Na próxima semana iria com a diretora da mobilidade e se não ficasse satisfeito com as respostas e compromissos convidaria a população para no dia 20 de manhã encerrarem a Rua dos Remédios. À tarde haveria uma Assembleia Municipal e logo diria porque a Junta encabeçou isso. -----

----- Mais não podia fazer, porque não tinha competência para mandar na Polícia Municipal, eles podiam mandá-lo “à fava” se quisessem. Claro que não mandavam, falavam consigo e eram muito simpáticos e também percebia as dificuldades que tinham, precisavam de seiscentos agentes e só tinha duzentos e tal. Isso não esticava, se tapavam de um lado abriam do outro, mas os tuc-tuc e veículos pesados não podiam entrar, limitadores de velocidade tinham que estar ali. -----

----- Ficava o seu convite e o seu compromisso, dia 20 iriam encerrar a Rua dos Remédios se não houvesse solução e uma resposta adequada. Encerravam simbolicamente durante umas horas, para também se perceber que estavam completamente insatisfeitos com essa situação. Convidava desde já toda a Assembleia de Freguesia a juntar-se à população e ao Executivo da Junta nessa ação porque achavam ser muito importante. Também convidaria a Senhora Presidente da Junta de São Vicente a estar presente. -----

----- Só podia dar razão em relação a isso. De facto, o pessoal que andava aí a conduzir os tuc-tuc era agressivo, já tinha reparado nisso. Tudo isso tinha que ter um equilíbrio, não podiam andar aí e nem era desejável andar à bastonada todos os dias, não era esse o modelo de sociedade que queriam, não era isso que idealizavam. Recordava o que era o País antes do 25 de Abril, mas não podiam permitir essa anarquia e a situação completamente descontrolada. -----

----- Ficava o seu compromisso para darem mais um passo no sentido de chamar a atenção de quem podia decidir para que decidisse. A Câmara podia regulamentar, podia proibir, tinham um instrumento que era a Polícia Municipal. -----

----- Tinha nesse dia ficado preocupado com uma notícia, de que as cargas e descargas eram à noite e não deviam ser, agora ainda aumentaram mais duas horas para poderem continuar. Era contra a sua opinião. Não tinha sido consultado, mas ao ver a notícia dissera logo que não concordava. Não tinha poder para decidir, mas ficava desde já o seu compromisso de devolver a Rua dos Remédios.-----

----- Pensara que não tinham condições para fazer a festa tradicional na Rua dos Remédios, que era a feijoada tradicional, mas iam fazer e nesse dia fariam com que a rua estivesse encerrada a tarde toda porque tinham direito de fazer a festa popular na Rua dos Remédios, como já faziam há sete ou oito anos desde que a rua ficou pronta.--

----- Não lhe pedissem para fazer o que não podia legalmente, porque de facto não tinha comando sobre as polícias nem para decidir. Já estava a trabalhar nesse sentido para ajudar a população, não era a única pessoa que lhe tinha levantado essa questão. Um dia tinha contado quinze tuc-tuc uns a seguir aos outros e era de facto insuportável. Era preciso dar um passo em frente na perspectiva de chamar à atenção de quem podia decidir em favor das populações e da tranquilidade dos bairros, que tinham direito a isso. -----

----- Festas à noite eram os Santos Populares e mesmo assim tinha que se respeitar as pessoas. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que foi entregue um conjunto de documentos, que por sua vez foram distribuídos a todos os eleitos.-----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** leu a seguinte comunicação:-----

“----- *Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior* -----

----- *Caros membros da Assembleia de Freguesia* -----

----- *Senhor Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do executivo* -----

----- *Na sequência da minha demissão de vogal da Comissão Política de Lisboa e da minha desfiliação do CDS, venho por este meio informar que permanecerei membro desta Assembleia na qualidade de Independente, como não inscrito,-----*

----- *Continuarei a ser o que sempre fui, um Homem Livre. Continuarei a acreditar nos princípios fundacionais que levaram a filiar-me no CDS há 43 anos.-----*

----- *Centrista, para a Esquerda continuarei a ser de Direita e para a Direita continuarei a ser de Esquerda. Liberal dos valores liberais consignados no manifesto de Oxford, liberal social equidistante de sociais-democratas e liberais conservadores, defensor da igualdade oportunidades e opositor do paternalismo opressivo e ineficaz do Estado.-----*

----- *Em Lisboa a minha cidade e em Santa Maria Maior a minha freguesia, continuaremos a celebrar a Liberdade, a 25 de Abril e a 25 de Novembro.-----*

----- *Como nas palavras de Eduardo Lourenço, seremos livres. “A Liberdade é a forma normal de respirarmos aquilo que somos.-----*

----- *Num exercício de cidadania, como em ocasiões anteriores, fui candidato nas eleições autárquicas realizadas em 2021.-----*

----- *Quiseram os eleitores que pudéssemos prosseguir, neste mandato, a função fiscalizadora da atividade do executivo e assim contribuir para uma melhor governação da freguesia.-----*

----- *Deixo uma certeza a todos os eleitores e parceiros de coligação aqui representados, que em mim confiaram. Nesta Assembleia de Freguesia, continuarei a subscrever para à cidade, o projeto de mudança “Novos Tempos” pelo qual me candidatei.-----*

----- *Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, como até aqui, sabe com o que conta.-----*

----- Seremos firmes, leais e construtivos. Continuará a contar com o nosso apoio na defesa deste território e da sua comunidade, particularmente a população mais desfavorecida. -----

----- Na Assembleia de Freguesia, continuaremos disponíveis como sempre estivemos, para apoiar soluções consensuais em defesa dos interesses da nossa Freguesia, de quem aqui escolheu viver e investir. -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o mandato era unipessoal, não pertencia a partidos e sim às pessoas. Sendo vontade que passasse a ser identificado como Membro Independente, era dessa forma que na Assembleia de Freguesia seria identificado, inclusive nos momentos de votação. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento:---

----- **Moção-Saudação**-----

“----- **Dia Mundial da Criança** -----

-----Pela garantia dos direitos das crianças e das suas famílias -----

----- Considerando que: -----

----- a) O Dia Mundial da Criança é assinalado a 1 de Junho, desde 1950, por decisão da ONU, para incentivar uma reflexão geral sobre aquilo que se pode fazer todos Os dias para que os mais pequenos vivam mais felizes. -----

----- b) Para este objectivo, foi aprovada nas Nações Unidas, em 1959, a declaração dos direitos de todas as crianças. Em 1989 a ONU deu a estes direitos a força de convenção.

----- c) Em Portugal o bem-estar das crianças deve ser uma preocupação de todos, nas diversas áreas de intervenção, e a garantia dos direitos das crianças cabe à sociedade e ao Estado, no pressuposto de que o desenvolvimento integral da criança exige respostas amplas e múltiplas, nomeadamente:-----

----- 1. O direito a educação deve ser assegurado com base numa rede pública de creches e numa escola pública de qualidade, com turmas mais pequenas, fornecendo gratuitamente refeições, manuais e material escolar, garantindo a prática desportiva e o desenvolvimento cultural. -----

----- 2. O direito a crescer com saúde requer uma alimentação saudável, uma habitação com conforto, acesso a cuidados médicos, incluindo aos serviços de maternidade, pediatria, oftalmologia, nutrição, psicologia, estomatologia.-----

----- 3. Todas as crianças têm direito ao abono de família, cujo valor deve ser reforçado. Têm direito a transportes gratuitos, tal como têm direito a ser protegidas contra o abandono, a crueldade, a exploração e a injustiça. Precisam de mais tempo e de mais espaços ao ar livre para brincarem. -----

----- d) Para que os pais tenham mais tempo para a brincadeira dos filhos, há que pôr um travão nos horários desregulados e acabar com a precariedade dos empregos. -----

----- e) Em Portugal, haverá hoje 345 mil crianças na pobreza, uma situação que não se pode separar das grandes dificuldades que a maioria das famílias enfrenta. -----

----- f) Garantir os direitos da criança significa assegurar que os pais têm melhores salários e horários decentes, que podem usufruir dos direitos de maternidade e paternidade.

----- g) Não podemos ignorar que os grupos económicos acumulam lucros de muitos milhões de euros por dia. -----

-----h) Temos de ter presente que quem promove a exploração dos pais degrada a vida das crianças.-----

-----i) Temos de preservar o direito das crianças a crescerem com compreensão, tolerância, amizade e paz.-----

----- j) A bem do nosso futuro, é preciso garantir os direitos das crianças.-----

----- A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em sessão pública, no dia 1 de Junho de 2023, delibera:-----

----- I. — Saudar o Dia Mundial da Criança, que hoje se assinala, e realçar a premência dos objectivos que estiveram na base da sua declaração pela ONU. -----

----- II. Declarar a importância de reforçar as políticas estruturais e os apoios sociais às crianças e às famílias, na definição de políticas, aos diversos níveis e competências do Estado e da União Europeia, em particular visando: -----

----- A — reforçar o investimento público em políticas de carácter universal que impactam, directa e indirectamente, na vida das crianças, garantindo serviços públicos de elevada qualidade; -----

----- B — legislar e adoptar medidas que protejam os direitos de maternidade e paternidade, em ambiente laboral, tendo em vista: uma conciliação mais eficaz entre o trabalho e a vida familiar; a salvaguarda do regresso ao trabalho das mulheres, após a gravidez e a licença de maternidade; o efetivo direito a amamentação; -----

----- C — contribuir para que sejam assegurados cuidados de saúde universais, públicos, gratuitos e de qualidade, a todas as crianças e respectivas famílias, valorizando a vacinação das crianças e combatendo focos de desinformação sobre os benefícios desta. -----

----- D — contribuir para uma política pública de habitação que combata a especulação e assegure o direito a uma habitação confortável, que satisfaça as necessidades das crianças e das suas famílias, garantindo-lhes bem-estar, privacidade e qualidade de vida. -----

----- Lisboa, 1 de Junho de 2023 -----

----- Os Eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte ----- ”

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que saudava plenamente do princípio até ao fim todo o texto da CDU, em todos os detalhes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção-Saudação “Dia Mundial da Criança”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- Por medidas urgentes para minimizar os constrangimentos nos Transportes Públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no Metro no Campo Grande -----

----- Considerando que o Metropolitano de Lisboa tem em curso obras de expansão da sua rede e intervenções necessárias à modernização dos seus sistemas de sinalização de via. -----

----- Considerando que, na sequência dessas intervenções, são provocados graves constrangimentos aos utentes do Metro e a todos os que circulam em artérias afectadas por cortes de estrada, por ruídos, por poeiras, por circulação de trânsito pesado, etc. -

----- Sabendo-se que a obra em curso resulta de uma opção errada, pela criação de uma linha circular (que desde a primeira hora o PCP criticou), e que criará outros problemas, quando estiver em funcionamento (dificultando a mobilidade e o acesso à cidade, em particular, por parte dos utentes do Metro que venham dos concelhos de Loures e Odivelas e das freguesias do Lumiar e de Santa Clara). -----

----- Tendo presentes recentes declarações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que, na sequência de uma reunião onde terá estado com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Sr. Ministro do Ambiente (Ministério que tutela o Metropolitano de Lisboa), afirmou que o Governo admite a possibilidade de alterar a obra da linha circular já em execução, transformando-a em linha em laço (o que, a acontecer, virá reforçar aquilo que o PCP há muito vinha defendendo e que ficou aprovado em moção, na CML, a 17/11/2021). -----

----- Sabendo-se que as alterações implementadas desde o passado dia 2 de maio têm sido geradoras de caos e insegurança, com os utentes a aglomerarem-se nos cais das estações e com as carruagens completamente cheias. -----

----- Sendo inquestionável a responsabilidade do Metropolitano, dado o impacto que esta situação tem na mobilidade da cidade, a CML e as restantes autarquias não podem ficar à margem da busca de uma solução urgente para este problema. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em sessão pública, no dia 1 de Junho de 2023, delibera instar o Governo e o Metropolitano de Lisboa a adoptarem medidas efectivas que minimizem os impactos resultantes dos constrangimentos nos transportes públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no Metro no Campo Grande, nomeadamente através de:-----

----- a) Aplicação de soluções técnicas já utilizadas noutras obras desta dimensão, entre as quais a criação de um cais provisório na estação do Campo Grande;-----

----- b) Reforço da informação e apoio aos utentes nos locais afectados e nas circulações confluentes; -----

----- c) Implementação de carreiras de autocarro entre os troços interrompidos, todos os dias da semana, no horário completo do funcionamento do Metro e com circuitos complementares, nomeadamente entre Telheiras, Campo Grande, Cidade Universitária e Entre Campos e entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço;-----

----- d) Garantia de uma efectiva articulação entre as diversas entidades — CML, Metropolitano de Lisboa, CP e TML — na planificação de obras na cidade, prevendo soluções alternativas de transporte público.-----

----- e) Enviar esta moção para a CML e seus vereadores, Metropolitano de Lisboa, CP e TML. -----

----- Lisboa, 1 de Junho de 2023-----

----- Os Eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Por medidas urgentes para minimizar os constrangimentos nos Transportes Públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no Metro no Campo Grande”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que ainda que pudesse parecer extemporâneo e ainda que não tivesse diretamente a ver com a moção, mas porque estava relacionado com a mobilidade e focando na Freguesia, gostava de aproveitar a oportunidade para denunciar uma situação que acontecia e que tinha a ver com a gestão dos elevadores na Freguesia pela EMEL. -----

----- Era uma situação penosa, dois anos que tinham o elevador avariado no percurso que foi definido, que ajudava os fregueses de idade e as famílias com dificuldade de mobilidade a atravessar a estrutura da Freguesia. Ainda que fosse extemporâneo gostava de deixar essa denúncia.-----

----- O elevador que existia no edifício onde estava o Pingo Doce, junto ao Largo Adelino Amaro da Costa, esse elevador não funcionava há dois anos. Foi-lhe garantido pelos residentes que a situação se verificava e gostava de deixar essa nota. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que pensava estar a referir-se a situações que até havia um regulamento municipal que obrigava à construção sempre de dois elevadores, porque havia constrangimentos vários de equipamento, cabimentos, procedimentos de despesas, etc. Sem desculpar que essas coisas deviam estar oleadas e a funcionar, mas não se tratava do caso de não haver elevadores. Havia dois elevadores e um deles estava avariado.-----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que a sua posição ali era denunciar a situação que acontecia com os residentes. Não sabia conhecimentos técnicos e relações que houvesse, para si o elevador era gerido pela EMEL e não funcionava. O resto era completamente alheio à sua função.-----

----- **Membro Jorge Garcia (IND)** disse que o elevador que estava a funcionar muitas vezes não funcionava de manhã.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

-----**Recomendação**-----

“----- *Para hastear da bandeira arco-iris*-----

----- *Pela defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+* -----

----- *O Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+, celebrado em 28 de junho, tem raízes históricas nos Distúrbios de Stonewall, que ocorreram em 1969, quando pessoas LGBTQIA+ resistiram à violência policial e à opressão. Este acontecimento, marcou o início do movimento pelos direitos LGBTQIA+ e, desde então, o dia é comemorado com diversos eventos que procuram promover a igualdade, a inclusão e o respeito à diversidade sexual e de gênero em todo o mundo.*-----

----- *Hastear a bandeira do arco-íris, na sede da junta de freguesia, é uma maneira significativa de demonstrar apoio à comunidade LGBTQIA+ e promover a inclusão e a igualdade na nossa freguesia. A bandeira do arco-íris é actualmente um símbolo global do movimento LGBTQ+ e representa a diversidade e a união entre diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.*-----

----- *A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior deve ter oportunidade de se associar a este gesto e a essa iniciativa, demonstrando solidariedade, apoio e compromisso com a igualdade de direitos e o respeito pela diversidade sexual e de género.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua reunião de 01 de Junho de 2023, delibera:* -----

----- *Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que seja hasteada a bandeira arco-íris, no dia 28 de junho, na sede da junta de freguesia.* -----

----- *Recomendamos ainda que a presente iniciativa seja divulgada junto da comunicação social e gravada para posterior divulgação no sítio institucional da freguesia na internet e nas suas respetivas contas nas redes sociais.*-----

----- *A representante do Bloco de Esquerda – Catarina Medeiros* -----”

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria felicitar o BE por se ter lembrado de fazer essa recomendação. A Junta era parceira e aliás tinham um protocolo para assinar juntamente com a Câmara e a Associação ILGA.-----

----- Tinham muito gosto em assinalar essa data. Havia uma dificuldade técnica porque o edifício sede da Junta não tinha mastro de bandeira, mas comprometiam-se a fazer na Rua da Prata, que ainda era mais visível, no edifício onde funcionava a universidade sénior. Fariam lá essa cerimónia e oportunamente divulgariam a hora e toda a Assembleia de Freguesia estava convidada a assistir ao ato. -----

----- Mesmo que não fosse aprovada a recomendação a Junta tomaria a iniciativa, porque era uma excelente ideia.-----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que gostava de se associar, enquanto bancada do PS e pessoalmente. -----

----- A Junta de Freguesia tinha desempenhado nos últimos anos de uma forma exemplar esse papel. Eram uma sociedade inclusiva, uma sociedade onde havia espaço para todos e estavam no coração de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Para hastear da bandeira arco-iris**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

-----**Recomendação**-----

“-----*Por Campanha de Sensibilização para a Gestão de Resíduos* -----

----- *Vivemos em uma era em que a gestão adequada de resíduos se tornou uma preocupação essencial para o bem-estar de nossa comunidade e do meio ambiente como um todo.* -----

----- *O acumular desenfreado de lixo e a falta de conscientização sobre a importância da recolha e reciclagem dos resíduos têm causado impactos negativos significativos no nosso dia-a-dia. É crucial que nos mobilizemos para enfrentar este desafio, adotando medidas concretas para promover a gestão de resíduos de forma responsável e sustentável.* -----

----- *A nossa freguesia tem a responsabilidade de liderar pelo exemplo, continuando a adotar práticas inovadoras de gestão de resíduos que não apenas minimizem os danos ao meio ambiente, mas também incentivem a participação ativa e consciente de nossos cidadãos. É essencial que todos compreendam como suas ações individuais podem ter um impacto significativo na melhoria do nosso ambiente local e na preservação e qualidade de vida na nossa freguesia.* -----

----- *Os comerciantes também desempenham um papel essencial na vida da nossa freguesia, e sua participação na promoção da gestão adequada de resíduos é fundamental. Como parceiros-chave, eles podem contribuir significativamente para a redução do desperdício e a implementação de práticas sustentáveis integradas no seu negócio. Portanto, é crucial envolvê-los na promoção da gestão de resíduos e destacar a importância de suas ações.* -----

----- *Pretendemos com esta proposta criar uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade, envolvendo toda a comunidade em uma abordagem coletiva e colaborativa para lidar com o desafio dos resíduos.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua reunião de 1 de Junho de 2023, delibera:*-----

----- *Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que promova uma campanha de sensibilização aos residentes e comerciantes sobre a importância da gestão adequada de resíduos.* -----

----- *Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que disponha materiais educativos, como folhetos informativos e guias práticos nos diferentes idiomas mais fluentes na freguesia (como inglês, mandarim, hindu, nepali, bengali) para ajudar os cidadãos a entenderem como podem contribuir para a gestão eficaz de resíduos.* -----

----- *A representante do Bloco de Esquerda - Catarina Medeiros* -----”

----- Continuando, disse que essa recomendação ia também no esforço que tinha sido feito na Freguesia a nível de higiene urbana, mas teriam também algum trabalho a fazer a nível preventivo e envolver toda a comunidade a participar. -----

----- Tinha um exemplo de um folheto do mesmo género que estava a ser distribuído na Freguesia de Arroios. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a recomendação, que seguiriam com grande convicção, mas também para dizer que a Junta de Arroios não inventou a pólvora. Ainda tinham folhetos em inglês, em bengali e em mandarim, naquela altura foram as línguas selecionadas e iriam procurar atualizar em relação às restantes línguas que eram sugeridas. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que estavam de acordo com essa recomendação e também dizer que em vários momentos durante os mandatos tinham chamado à atenção da Junta para a necessidade de fazer campanha de sensibilização junto dos moradores, dos imigrantes e das outras pessoas sobre a questão da higiene urbana. -----

----- Por muitas medidas eu se tomassem, as campanhas de sensibilização eram muito importantes e não era só uma campanha, tinham que ser várias em vários momentos. No fim de contas era mais uma a juntar às outras que já se fartaram de entregar. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que o PS se associava a essa iniciativa.--

----- Desconhecia o folheto, mas da sua experiência em relação à Junta de Freguesia ela tinha sido muito positiva nessa área. Tinha presenciado a sensibilidade de alguns serviços da Junta de Freguesia, inclusive os serviços de fiscalização que acompanhavam in loco essa questão premente, comunitária, que também tinha a ver com a inclusão e fazia todo o sentido. Associavam a essa iniciativa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Por Campanha de Sensibilização para a Gestão de Resíduos”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

-----*Por remoção dos bancos com barras divisórias* -----

-----*Apresentamos neste documento um excerto da reportagem do programa Poligrafo onde e citada a seguinte afirmação.*-----

----- *“Ou seja, a própria Junta de Freguesia de Santa Maria Maior admite que as novas estruturas de madeira foram instaladas com dois propósitos: como meios de suporte à mobilidade da população sénior que usufrui do mobiliário urbano e como meio de impedir a utilização dos bancos por parte de toxicodependentes. Ou seja, admitem o carácter hostil da adição destas barreiras de madeira, instaladas com o intuito de não permitir que alguém se deite no banco.”*-----

----- *Questionamos a eficácia desta medida de arquitectura urbana e que nos parece criar uma limitação de utilização pela maioria das pessoas, por exemplo pessoas com mobilidade reduzida, famílias que não conseguem estar juntas de forma confortável nestes bancos e pessoas que possam ficar excluídas de utilizar os bancos, devido às dimensões das divisórias.*-----

----- *Repudiamos este tipo de hostilidade e de abordagem ao espaço público. Consideramos estas declarações e a forma de actuação do Executivo da Freguesia de Santa Maria Maior como um acto de “aporofobia”, ou seja, um acto que rejeita a pobreza e as pessoas sem recursos.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua reunião de 01 de Junho de 2023, delibera:*-----

----- *Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que retire as barras divisórias em todo o mobiliário urbano da freguesia.*-----

----- *A representante do Bloco de Esquerda - Catarina Medeiros*-----”

----- **Membro Jorge Garcia (IND)** disse que gostava muito de ouvir o Presidente da Junta falar acerca disso, até porque tinha recebido nas últimas semanas algumas campanhas tanto à esquerda como à direita e algumas até demasiado ofensivas para o Senhor Presidente Miguel Coelho. Portanto, gostava de ouvir a opinião dele em relação a esse tema. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Junta e também no seu caso não aceitava lições de ninguém. Não era mais que os outros, mas em matéria de

solidariedade social, de apoio às pessoas desfavorecidas, de combate à pobreza, não aceitava. -----

----- A Junta foi parceira do “Crescer na Maior” durante dois anos, onde o investimento da Junta era superior a 100 mil euros. A Junta criou um serviço de distribuição de refeições sociais, tinha um regulamrnto social o mais abrangente possível onde apoiava dezenas ou centenas de pessoas da Freguesia, criou um aconselhamento jurídico para evitar que as pessoas fossem despejadas durante o período da Lei Cristas e conseguiu com muito sucesso evitar muitos despejos. A Junta esteve na linha da frente na denúncia de tudo aquilo que acontecia com o alojamento local no território, na cidade, conseguindo porventura até influenciar decisivamente as alterações legislativas que aconteceram na Assembleia da República. -----

----- A cidade tinha que ser inclusiva para todos e não acreditava que o BE tivesse como política de resolver o problema dos cidadãos que infelizmente dormiam na rua, que a solução fosse as pessoas dormirem em cima dos bancos. Não acreditava que fosse essa a resposta social do BE a esse problema e custava-lhe a acreditar que o BE alinhasse em modas só porque uma pessoa porventura mal informada fez um post qualquer numa rede social e que arrastava tudo atrás, desde os “cheganços” todos até todos os radicais que infelizmente havia noutros lados. -----

-----Havia pessoas humildes, pessoas dos bairros, que estavam afastadas porque não se podiam sentar neles, estavam ocupados por traficantes e por indivíduos que se injetavam e ficavam ali. As pessoas exigiram que tomasse uma medida e não estava nada arrependido de ter colocado os separadores nos bancos e a política seria para continuar sempre que necessário, porque era preciso que a cidade fosse inclusiva para todos. -----

----- Era parceiro do In Mouraria e tinha uma grande relação de apoio com o In Mouraria, estava atento a todos os problemas de toxicodependência, mas não queria que os bancos onde as pessoas sentavam fossem salas de chuto a céu aberto. -----

----- Tinham que ter medidas sociais, medidas de saúde, claro que sim, estaria na linha da frente dentro das possibilidades que a Junta tinha para contribuir, mas a cidade e os bancos de jardim tinham que ser para todos. Uma criança não se podia sentar num banco de jardim e correr o risco de ser picada por uma agulha que lá ficou, porque já lá encontraram. Podia mostrar as agulhas de cidadãos que se injetavam na rua e que os serviços de higiene urbana da Junta recolhiam diariamente, tinham isso tudo documentado em fotografias. -----

----- Aliás, a última e significativa intervenção, dava esse exemplo e eram pessoas insuspeitas de simpatia política com o seu partido, embora tivesse uma relação institucional muito grande com elas e uma das dirigentes a título individual até o apoiou e fez parte da comissão de honra na sua recandidatura, a Associação “Renovar a Mouraria” pediu para retirar um banco do Beco do Rosendo, onde dormia um cidadão que se injetava e que fazia as maiores tropelias, as pessoas tinham medo de ir para ali. -

----- Portanto, a cidade tinha que ser para todos, mas tinha que haver regras mínimas. Tinha que ser tratado pelo Estado e a Junta ajudaria naquilo que pudesse. Havia uma cooperação também financeira com o In Mouraria. O espaço público tinha que ser um espaço amigo e não ocupado por três ou quatro que impediam depois todas as outras pessoas de poderem desfrutar do espaço público. -----

----- A Junta de Freguesia, mesmo que a recomendação fosse aprovada, não a iria seguir enquanto as circunstâncias o justificassem. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que com essa recomendação não estavam a retirar o valor das soluções sociais que tinham sido apresentadas pela Junta de Freguesia, não era isso que estava em causa. Seria uma boa oportunidade para

esclarecer a situação e levar o tema à Assembleia, porque saía na comunicação social e certamente que essa dúvida teriam todos os outros representantes e fregueses. Da mesma forma que as propostas políticas e soluções do BE não passavam por apenas retirar os separadores, estavam em desavença de que a solução também não passasse por ter os separadores.-----

----- No entender do BE os separadores não eram a solução para o problema dos toxicodependentes. A nível pessoal não conseguia sentar com os seus filhos ao colo num banco que tivesse essas divisórias. Frequentava o Largo da Severa diariamente e não conseguia sentar nos bancos. Da mesma forma que para umas pessoas os separadores podiam ser uma ajuda, para outras não e decidiram levar o tema para discutir e ver o que podiam fazer na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que achava justa essa posição, da mesma forma que individualmente interpretava as palavras do Presidente com aquilo que ele ouvia e sentia. Ambas estavam corretas, a democracia fazia-se assim.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que se calhar era interessante avaliar para ver se efetivamente foi eficaz. Até podiam deliberar fazer uma espécie de um concurso, tipo para a criança estar ao colo da mãe numa cota mais alta e para não haver um banco corrido com dimensões que desse para dormir, isso quase dava um concurso de ideias e criatividade não faltaria de certeza.-----

----- Não tinha tendência a aprovar essa moção porque teria que ser testado, chegarem com uma avaliação e dizerem se resultou ou não. Não era porque não funcionava com um e funcionava com outro. -----

----- Essas situações eram oportunidades de criatividade e isso era uma delas. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que ao ver essas instalações nos bancos inicialmente também o chocaram. Não eram em toda a Freguesia, só em algumas partes da Freguesia. -----

----- Concordava com a Membro do PSD, que se podiam encontrar outras soluções. Outras soluções já foram encontradas graças à capacidade de negociação e ao olho de águia do Senhor Presidente. Em frente à Igreja de São Nicolau havia um bom exemplo de bancos mais confortáveis. -----

----- Tudo isso tinha um custo e necessitava do empenho da Câmara Municipal, até porque o colega dos “Verdes” já ali pediu mais bancos para a Freguesia... há mais de um mandato, como dizia a colega do PCP. Esse era um problema da Freguesia, as pessoas tinham que descansar e ter um lugar para sentar e realmente não se podiam deitar ou andar a injetar nos bancos. -----

----- A atitude passiva, ainda que pudesse não ser a melhor, era a que a Câmara teve de cobrir um problema da Freguesia e que não era em toda a Freguesia, que na sua opinião foi muito bem feita. Se concordasse, talvez pudessem discutir isso de outra forma e retirava a recomendação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Por remoção dos bancos com barras divisórias”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PS, PSD e Ind.) e 3 votos a favor (PCP, PEV e BE) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Entre outras matérias eu considero que é inadequado numa Freguesia com a intervenção social que temos e com a circunstância de desde sempre termos feito um apoio direto a todas as pessoas sem recursos, tentar utilizar numa matéria relacionada com arquitetura urbana de adaptação e conciliação dos espaços uma expressão como “aporofobia” que está aqui identificada, que de acordo com aquilo que foi o*

ensinamento revela algo que não é apanágio desta Freguesia e enquanto Presidente dela não me revejo na utilização de um termo que revela aversão aos pobres. -----

----- Essa é a manifestação do meu sentido. Primeiro que tudo voto contra o que está e é isso que gostava que ficasse expresso.” -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que entregaram novamente um requerimento sobre a questão dos transportes públicos e nesse caso no território da própria Freguesia, no qual se apontava um conjunto de situações que representavam exemplos de mau funcionamento e mau serviço de transportes públicos à população, em particular à população mais idosa. -----

----- O mais evidente era o elétrico 28. Voltaram outra vez àquela época do ano em que se observavam filas intermináveis de turistas para utilizar um meio de transporte que acabava por ficar vedado a grande parte da população. As filas eram intermináveis e bastava ir ao Martim Moniz para constatar. -----

----- Uma alternativa que podia funcionar, mas que não dava conta das necessidades locais, era a carreira 734, que não funcionava durante o fim-de-semana e cujo trajeto era encurtado à terça-feira por causa da realização da Feira da Ladra até às vinte horas. ----

----- Por outro lado, as carreiras 759 e 794 faziam o mesmo percurso dentro da Freguesia. Nesse caso havia uma duplicação e uma dessas carreiras poderia fazer o seu percurso subindo a Rua da Madalena e ajudando assim os percursos entre Alfama e o Martim Moniz. -----

----- O autocarro 10-B, que terminava a sua carreira no Campo das Cebolas, porventura seria mais útil à população se passasse a concluir o seu percurso no Largo do Chafariz de Dentro, evitando assim que os passageiros tivessem que sair no Campo das Cebolas e aguardar trinta ou mais minutos pelo início da carreira. -----

----- Por fim a carreira 728, que passava ao longo de toda a frente ribeirinha de Santa Maria Maior, ligava a Freguesia a oriente e a ocidente, os tempos de espera dessa carreira chegavam em média a alcançar os 45 a 60 minutos. Era absolutamente insustentável, as pessoas estavam ao frio e à chuva e por vezes passavam autocarros com o sinal de “reservado”, as pessoas continuavam à espera pelo autocarro seguinte, noutros casos não conseguiam entrar por já estar cheio de gente. -----

----- Apresentou-se uma moção no final do ano passado especificamente sobre a necessidade de reforço da carreira 728. Do que constatavam nada melhorou, muito pelo contrário, a situação agudizou-se também por causa das obras em curso na zona de Santa Apolónia. -----

----- Estavam uma vez mais a chamar a atenção para uma necessidade de verificar cada uma dessas situações. Haveria certamente mais e foi referida a questão dos elevadores que não integraram, mas que subscreviam inteiramente. -----

----- Os exemplos que apresentavam, era importante a Junta poder junto dos seus interlocutores aferir a possibilidade de melhoria do serviço. Nesse sentido os eleitos da CDU iam requerer informação sobre quais as ações desenvolvidas por parte da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior junto da Câmara Municipal de Lisboa e da Carris com vista à resolução desses problemas que afetavam moradores, comerciantes e visitantes ao nível da utilização dos transportes públicos na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que aos visitantes eventualmente não afetava, admitia que fossem só aqueles que utilizavam, olhando para as filas que estavam todos os dias nas paragens dos elétricos. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que os próprios visitantes tinham o direito de também utilizar transportes públicos de qualidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que daria uma resposta concreta, mas permitissem primeiro uma introdução. Não queria tirar protagonismo na Assembleia

Municipal ao Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV, mas quase que fazia uma recomendação do PS à Câmara sobre essas matérias, porque pareciam bem pertinentes e importantes. -----

----- Tinham agendada uma reunião com a administração da Carris para dia 6 e iriam analisar detalhadamente o conteúdo do requerimento para, na parte em que estivessem de acordo, poder apresentar. Em princípio estariam em quase tudo, mas faria todo o sentido um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal porque eram áreas da competência municipal e não da Junta de Freguesia. -----

----- Sabia qual era a intenção, mas não caísse ali uma ideia errada de que as coisas eram assim porque a Junta determinou que fossem assim. Tudo sobre regulação de trânsito era com a Câmara Municipal e a Carris era uma empresa municipal, sob gestão direta da Câmara Municipal. Iria transmitir e assumir, se não a totalidade pelo menos grande parte das preocupações, que eram também as da Junta. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que sabiam que a Junta não tinha competência para resolver e por isso era um requerimento. A Junta representava os fregueses de Santa Maria Maior e quando o Presidente ia reunir, ainda bem que ia reunir no dia 6, podia colocar essas questões. -----

----- Por exemplo o 10-B era uma solução que devia ser fácil, era arranjar um espaço onde o autocarro já parava para as pessoas apanharem no Largo do Chafariz e ele parar ali, em vez do seu término ser no Campo das Cebolas. -----

----- Havia várias velhotas que foram ter consigo a dizer que iam nesse autocarro, chegavam lá e tinham que sair, o motorista obrigava a sair porque o autocarro era de meia em meia hora. Como o término era no Campo das Cebolas, as pessoas ficavam ali à espera. Isso era fácil e tinha era que se bater. O Presidente informou que iam fazer uma manifestação de cortar a rua, se fosse preciso também iam lá falar com os senhores da Câmara e da Carris. -----

----- Queria-se melhor mobilidade para as pessoas, porque os transportes públicos nessa Freguesia para as pessoas, em especial para as pessoas que precisavam de ir ao centro de saúde ou à Clínica de São Cristovão, que precisavam de se deslocar aos bancos porque infelizmente já não havia bancos ali, não havia transporte.-----

----- Era só uma ajuda para que o Presidente percebesse. Não era por ser a CDU a colocar, era a pretensão das pessoas. Sabiam muito bem qual era a competência da Junta e a competência dos outros, não havia dúvidas nenhuma em relação a isso. Sendo a reunião gravada e transmitida ninguém tinha dúvidas em relação a isso. Sabiam e as pessoas também, as pessoas normalmente sabiam disso, tinha essa experiência quando andava na rua e lhe colocavam as questões.-----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que era importante associarem-se a essas iniciativas de auscultar a população, que não eram feitas só pela CDU. Diariamente o Executivo e os elementos do PS auscultavam a população e realmente havia esses problemas. -----

----- Tinham o centro da cidade parado, prejudicava não só os transportes públicos e a mobilidade, mas também a atividade na Baixa de Lisboa estava parada. O centro de Lisboa parado era quase como um coração com problemas cardíacos e a cidade estava mal, não funcionavam os transportes públicos porque havia falta de organização, porque a Câmara não assumia o seu papel e porque o trânsito não deixava e as queixas eram diárias. Não eram só feitas à CDU, as queixas eram um problema de todos e podiam vestir essa camisola, porque essa camisola era “nossa” e porque era um problema da população que vivia no centro de Lisboa e que desenvolvia a sua atividade no centro de Lisboa. -----

----- Os transportes públicos não funcionavam e a cidade estava caótica em termos de trânsito. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que a camisola “nossa”, não sabia a que se referia. Qualquer eleito ali que fosse tolerante e moderado, qualquer pessoa de bom senso sabia a importância dos transportes públicos para uma cidade e muito menos a Câmara Municipal de Lisboa, nesse Executivo ou noutra qualquer ao longo das décadas, que com certeza deu muita importância ao seu papel enquanto gestora da cidade. -----

----- Não era preciso os transportes serem municipalizados. Mesmo que fossem transportes privados ou outros, em tudo o que se passava na cidade a Câmara deveria ser consultada. Por exemplo nos estaleiros do Metropolitano de Lisboa não houve essa cortesia e chamava cortesia para não chamar obrigação. A Câmara Municipal tentou saber e compatibilizar planeamento dos estaleiros do Metropolitano e nem sequer obteve resposta durante meses. -----

----- **Membro Jorge Garcia (IND)** disse que de facto o Metropolitano de Lisboa atualmente era uma vergonha para a cidade e para os utilizadores. Independentemente das obras, que já não sabiam muito bem que obras iam fazer, mas isso era um problema de política central, as escadas não funcionavam em nenhuma estação. Na Freguesia tinham uma estação que ia desde a Baixa até ao Chiado e que não estava a funcionar há mais de três anos. -----

----- Os elevadores não funcionavam, pessoas deficientes não conseguiam ter acesso à plataforma no Chiado. A situação do Metropolitano de Lisboa era uma miséria. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que por aquilo que verificava estavam todos de acordo com o requerimento apresentado. Entregara ao Executivo da Junta para no tempo e no espaço correto dar a informação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já o conheciam bem e gostava sempre de dizer aquilo que pensava. Se fosse um Presidente distante, que não ouvia as pessoas e não sabia a realidade, então os senhores como oposição eram um autêntico desastre que não conseguiram ganhar as eleições, o povo estaria todo enganado e era estúpido porque votou em si que não falava com ninguém e não percebia os assuntos. Nem os senhores eram fracos nem era um Presidente distante que não estava atento aos problemas das pessoas. -----

----- Podiam divergir quanto às prioridades que cada um dava, dentro daquele princípio que não se conseguia resolver tudo ao mesmo tempo. Se andasse a promover manifestações por tudo e por nada passava a ser o Presidente maluquinho das manifestações e não conseguia ser eficaz numa situação em concreto, excecional, que lhe foi suscitada pela intervenção da cidadã que foi ali falar. De facto, na Rua dos Remédios era preciso pôr cobro a isso. -----

----- Tinha alguma dificuldade em responder a um requerimento que pressupunha resposta a uma coisa que não era da competência da Junta. Iam reunir com eles no dia 6, apresentar um caderno de encargos, mas não sabia qual seria a resposta porque sobre os transportes públicos e concretamente sobre a Carris já tinha divergências antes da atual Câmara e da nova maioria política, com a anterior que até era da sua família política já tinha divergências. Naturalmente que teria com a atual, porque as visões que as diferentes entidades tinham para a cidade não eram exatamente iguais e muitas vezes divergiam e por isso havia Presidentes de Junta, para assumir uma perspetiva muito local e muito própria das questões. -----

----- Iriam ver quais eram os resultados, mas o conteúdo era muito pertinente. Quanto à forma do requerimento, mais valia combinarem uma intervenção conjugada, sobretudo

nos palcos onde valesse a pena haver, tanto na Assembleia Municipal como na reunião pública da Câmara, se queriam ter resultados sobre essa matéria. -----

----- Estava disponível para assumir esse conteúdo depois de analisar mais detalhadamente e desencadear um processo para obterem ganhos concretos de causa para a população da Freguesia. Era nessa perspetiva que queria deixar essa nota. -----

----- Aproveitava para informar qua a Junta de Freguesia já promoveu dois debates sobre mobilidade e iria promover um próximo, depois iriam preparar uma proposta que discutiriam no âmbito da Assembleia de Freguesia para terem uma posição própria da Freguesia o mais alargada possível, o mais consensual possível, sobre como a mobilidade se devia desenrolar no território. -----

----- Estavam atentos a essa questão e seria uma injustiça não reconhecer que as medidas que o Presidente Moedas tomou não estivessem a resultar na diminuição do trânsito automóvel, porque estavam e isso era positivo. A sua dúvida era se elas se mantinham, uma vez que estavam no nível das recomendações e não no nível da própria limitação de circulação. A dúvida que tinha era quando as pessoas percebessem que era uma recomendação, mas podia seguir na mesma, que isso não retornasse ao que era antigamente. De momento registava-se uma menor circulação de automóveis sobretudo na Baixa. -----

----- Já tinha chamado à atenção que isso tinha um reverso, a circulação em Alfama piorou, no Chiado piorou e tinham que pensar essa questão em termos do território da Freguesia e não apenas em termos de uma zona específica da Freguesia. -----

----- **Ponto 3 – Apreciar e votar a Ata nº 12;** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que era um preciosismo, mas na ata estava a dizer a “Membra Maria de Lurdes” e não era “Membra”, era eleita. Não gostava do nome. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que que iriam ter essa identificação. --

----- Submeteu à votação a **Ata número 12**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Eleitos presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 — Autorizar a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com o Município de Lisboa para a recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecoilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões. (Proposta nº 139/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Contrato de Delegação de Competências com o Município de Lisboa para a recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecoilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões. (Proposta nº 139/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e BE) e 2 votos contra (PCP e PEV) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Bancada da CDU** entregou posteriormente a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Trata-se de um Contrato de Delegação de Competência a celebrar com as 24 juntas com vista a limpeza da zona envolvente aos contentores e ecopontos. Uma transferência igual para todas no valor de 100 mil euros para o ano de 2023/24/25, ----*

----- *e porque somos contra:* -----

----- *Consideramos que esta não é a solução para resolver o problema da falta de limpeza da cidade, esta foi uma medida implementada no anterior mandato que não surtiu efeito. Continuam a existir queixas relativamente à falta de limpeza, este deveria ser um serviço que devia estar na competência da CML e não das juntas de freguesia,*

de modo a garantir uma resposta integrada, fazendo uso dos recursos à escala da cidade e evitar desigualdades entre trabalhadores. -----

----- Reafirmamos que esta é também uma forma de compensar as juntas, atribuindo-lhes os meios financeiros que não foram devidamente acautelados na altura da reforma administrativa, neste caso na área da higiene e limpeza urbana, aliás só assim se pode explicar, que o montante a ser transferido, seja igual para todas as juntas, independentemente das mesmas terem dimensões variadas e conseqüentemente, número de contentores e ecopontos diferentes.” -----

----- **Ponto 5 — Autorizar a celebração de um Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Município de Lisboa no âmbito da Higiene Urbana. (Proposta nº 140/2021-2025);** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que esses contratos interadministrativos foram um expediente encontrado para resolver um problema em que as várias Freguesias se deparavam, que era a ausência de meios para cumprir com os encargos que lhes foram atirados para cima no processo de reforma administrativa da cidade. -----

----- Esses contratos interadministrativos, insistir nessa solução era na opinião do PCP insistir num erro que resultava dessa reforma administrativa. Foi um erro dividir os serviços de higiene urbana em 25, a Câmara e 24 Freguesias. -----

----- Perdeu-se a escala, perdeu-se capacidade de dar resposta célere e integrada. Do ponto de vista do PCP era necessário dar essa resposta global à escala da cidade, que tivesse capacidade de intervir de forma coerente em todas as Freguesias, respondendo às necessidades da cidade, adequando os trabalhadores de forma a dar uma resposta aos vários problemas que iam surgindo. -----

----- A verdade era que mesmo com esses contratos interadministrativos continuavam a ter uma situação em que as queixas se multiplicavam nesse domínio. Na opinião do PCP a solução passava por assegurar que essa, sendo uma área estrutural, a resposta devia ser assegurada pela Câmara Municipal. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que queria reafirmar mais uma vez que continuava municipalista e apoiava todos os processos de descentralização entre autarquias locais. Lamentava o facto de o Estado Central não fazer o mesmo em relação às autarquias. -----

----- Em relação aos pontos 4, 5 e 6, naturalmente que era inteiramente favorável aos contratos de delegação de competências e aos contratos interadministrativos de cooperação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de um Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Município de Lisboa no âmbito da Higiene Urbana. (Proposta nº 140/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e BE) e 2 votos contra (PCP e PEV) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 — Autorizar a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Município de Lisboa com o objetivo de proceder ao desenvolvimento de intervenções no âmbito de vários eixos programáticos (Proposta nº 141/2021-2025);** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que iriam votar essa proposta a favor, mas queria recomendar à Junta de Freguesia que fizesse chegar à Assembleia um relatório trimestral da aplicação desse protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Município de Lisboa com o objetivo de proceder ao desenvolvimento de intervenções no âmbito de vários eixos programáticos (Proposta nº 141/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e PCP) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 - Autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação com à Animalife para promover o bem-estar animal (Proposta nº 138/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Celebração de um Protocolo de Cooperação com à Animalife para promover o bem-estar animal (Proposta nº 138/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e BE) e 1 abstenção (PSD)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 - Autorizar a celebração de um Acordo de Colaboração com a ILGA Portugal no âmbito da realização do Arraial Lisboa Pride 2023, (Proposta nº 144/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Celebração de um Acordo de Colaboração com a ILGA Portugal no âmbito da realização do Arraial Lisboa Pride 2023, (Proposta nº 144/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 - Autorizar a celebração de um Protocolo de Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a implementação do projeto “A Gitar”, (Proposta nº 146/2021-2025);**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que por motivo ético não devia proceder à votação desse ponto, uma vez que era funcionário precário com a função de administrador da Misericórdia de Lisboa. -----

----- Submeteu à votação a **Celebração de um Protocolo de Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a implementação do projeto “A Gitar”, (Proposta nº 146/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (O Senhor Presidente da Assembleia não participou na votação)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 10 - Aprovar o Regulamento de Concessão de Apoios Sociais a Cidadãos Residentes na Freguesia. (Proposta nº 147/2021-2025);**-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que na sessão extraordinária de 22 de fevereiro aprovaram a submissão a discussão pública. Na altura disseram que tinham algumas dúvidas quanto ao conteúdo desse regulamento. -----

----- Perguntou qual a necessidade de existir esse regulamento, no qual o montante estava associado a esse fundo de programa. Isso porque todas as Juntas dispunham de um mecanismo desse género, que era o fundo de emergência social ao abrigo de um contrato de delegação de competências com a Câmara de Lisboa. Sucedia que em várias Freguesias aconteceu que existia o FES decorrente do contrato de delegação de competências estabelecido com a Câmara e o FES da Junta, uma vez que os critérios do

primeiro levavam a que muitos fregueses ficassem de fora e essa era uma maneira das Juntas terem um mecanismo para poder apoiar. -----

----- Para uma avaliação dessa necessidade seria importante que a Junta de Freguesia tivesse apresentado igualmente um relatório de execução desse fundo, se foi executado todo o valor previsto, quantos agregados foram apoiados, com que propósito, tipologia de apoio e quantos agregados ficaram de fora. -----

----- Era dito no regulamento que esse fundo não se confundia com o FES, mas por exemplo não dizia se eram cumulativos. -----

----- Por outro lado, para perceber igualmente o alcance desse regulamento era importante saber qual o montante associado a esse apoio. Na Câmara esse foi um dos critérios que ajudou na definição do sentido de voto, pois não bastava ter o FES da Câmara se depois o valor para o mesmo fosse reduzido.-----

----- Também sobre esse ponto importava clarificar que não se estava a estabelecer um regulamento para depois executar as verbas do FES da Câmara, pois esse tinha critérios próprios que não podiam ser substituídos pelo regulamento agora proposto.-----

----- Quanto às regras em si, esperava-se que esse regulamento fosse feito pelas assistentes sociais da Junta de Freguesia, que estavam no terreno e conheciam a realidade. Caso contrário, seria uma ferramenta para instituir a caridade e subsidiodependência do Executivo. Por isso iriam votar contra.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esse regulamento foi proposto na sua versão original e fechado na sua versão final pelas técnicas sociais da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, a quem queria prestar os seus agradecimentos e o seu reconhecimento pelo trabalho empenhado e por vezes de algum risco que tinham na Junta de Freguesia.-----

----- Em segundo lugar também dizer que o FES municipal era menos abrangente do que o regulamento social. As competências sociais eram partilhadas, não eram exclusivas da Câmara nem das Juntas.-----

----- Já foi corrigido pela Câmara nas últimas versões, mas lembrava-se que o regulamento do FES da Câmara não permitia apoios a famílias que ganhassem menos do que o salário mínimo e foi com a cobertura legal da Junta ter o seu próprio regulamento que podiam dar apoios sociais a muitas pessoas que não se enquadravam no FES municipal. -----

----- Não tinha ali os números em concreto, mas teria muito gosto em fornecer. A Junta de Freguesia não só executou as verbas todas da Câmara, como do seu Orçamento carregava ainda muito mais com verbas próprias. Por decisão política da Junta, decidi alocar ao apoio social.-----

----- Não era um regulamento para justificar as verbas municipais. Tinham que fazer relatórios e enviavam à Câmara com a justificação de todos os apoios que davam e do dinheiro que aplicavam, mas era um regulamento que permitia uma intervenção maior do que o regulamento municipal previa e permitia.-----

----- Era por isso que tinham dito ao longo desse tempo todo que eram uma Junta muito inclusiva e que procurava nunca deixar ninguém para trás. Era o que tinha acontecido ao longo dos anos em que esse projeto tinha estado a dirigir a Junta. -----

----- O que estava ali era basicamente o regulamento que já tinham e aperfeiçoado através da prática toda anterior. Foram as técnicas sociais que o influenciaram muito, a partir do primeiro regulamento percebeu-se o que havia para melhorar e era esse o objetivo, melhorá-lo ainda mais a partir da prática adquirida. -----

----- O regulamento estava na sua versão final, já esteve aprovado para discussão pública, já foi publicado no Diário da República, houve a participação pública e já estava acompanhado do relatório final da participação pública. -----

----- A Junta tinha que ter um regulamento que lhe permitisse continuar a prestar os apoios sociais e era essa a intenção. -----

----- Tinha muito gosto em fazer chegar a informação sobre as verbas aplicadas, que aliás estava no Relatório e Contas da Junta, em toda a área social. Veriam que ultrapassava em muito a verba que receberam da CML, que permitia apoiar um nicho de pessoas, mas que não permitia apoiar as pessoas todas que se apoiavam no regulamento da Junta e na perspectiva que tinham de apoio social na Freguesia. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que percebia perfeitamente as dificuldades. Estavam a falar de situações praticamente de emergência social e esperava que esse regulamento fosse, quase de certeza que era, para situações limite, pessoas com dificuldades que estavam até abaixo do limiar da pobreza. -----

----- Quando as coisas eram sustentáveis e havia associações com capacidade de sustentabilidade, se calhar convinha pensar se continuavam a precisar desse tipo de subsidiação, mas nesse caso em que a pobreza era gritante e não havia estrutura nem capacidade psicológica para as pessoas terem ânimo, para andarem para a frente e para se estruturarem, por vezes a solução era ajudá-las dentro do possível. -----

----- Percebia as limitações de um FES e percebia que havia gente com dificuldades, infelizmente, ainda abaixo do rendimento mínimo. Portanto, o PSD iria votar favoravelmente. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que havia umas coisas estranhas que também viram no regulamento, como:-----

----- As rendas municipais não poderem ser comparticipadas; -----

----- O apoio a creches, sendo que por proposta do PCP aprovada na Câmara elas passaram a ser gratuitas; -----

----- O apoio a bolsas de ensino superior. De acordo com o regulamento, se fosse atribuído esse apoio a estudantes através dos serviços sociais a Junta não dava. Então ia dar a quem? -----

----- As condições para aceder a esses apoios, sendo que os elementos do agregado familiar desempregados ou reformados tinham que aceitar um acordo de inserção. Isso era o que a Santa Casa da Misericórdia fazia. Perguntou se nesse contexto também se justificava. -----

----- Os outros pontos, muitos deles já estava previsto serem apoiados ao nível do FES da Câmara executado pela Junta, outros estavam previstos nos apoios da Santa Casa da Misericórdia e mais recentemente a bela ideia do Presidente Moedas no plano da saúde. Queria isso dizer que importava igualmente perceber de que forma era feita essa articulação, para que não houvesse uma duplicação de apoios e perceber se a Junta de Freguesia tinha os técnicos suficientes para avaliar esses processos mais as outras responsabilidades ao nível social, conseguindo dar uma resposta célere. -----

----- Isso era o que tinha chamado à atenção em relação ao regulamento, apesar que na primeira intervenção do Senhor Presidente não respondeu o montante do fundo associado a esse plano e mantiveram-se as dúvidas. Se isso ficasse assim, esperavam pelo relatório que o Senhor Presidente prometeu e depois logo veriam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de acordo com a Lei, com o entendimento que tinha e que pensava que todos garantiam, quando havia utilização de verbas que eram do domínio público sempre devia haver regulamentos. Esses regulamentos garantiam não só que as técnicas que os aplicavam tinham critérios de avaliação e de ponderação para atribuir apoios, evitando dessa forma a discricionariedade que nalgum momento podia ser identificada, ou de simpatia ou de algum antagonismo. -----

----- De uma forma muito mais evidente realçava todos os movimentos de transparência, de publicidade e de utilização correta de dinheiros públicos. -----

----- Por esse motivo, uma das questões colocadas pela Eleita Maria de Lurdes Pinheiro não só justificava o procedimento que iniciaram na reunião de dia 22, como se concluía com a aprovação ali, porque depois esse documento teria que ser publicado e publicitado não só em Diário da República, como também faria parte do site ou dos elementos da Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tinham um regulamento em vigor que seguiu esses trâmites todos e estava publicado. Era um aperfeiçoamento desse regulamento. -----

----- No ponto 2 do artigo 1 dizia o seguinte: “Este regulamento não se confunde com as regras do fundo de emergência social”. Era mais abrangente. -----

----- O fundo de emergência social era mesmo para as situações de desespero, esse era um regulamento para as famílias carenciadas que entrassem dentro dos critérios e estavam ali explicados os critérios para poderem ser apoiadas. -----

----- Dizia ali que os apoios não eram cumulativos, ninguém podia beneficiar para a mesma coisa de mais do que um apoio social. Era por isso que as rendas municipais estavam fora do apoio, porque uma renda municipal já pressupunha um critério social na sua definição. Por força até da interpretação da Lei não podiam estar aí e nesse aspeto as preocupações ali reveladas estavam garantidas no articulado. Já estavam e porventura estariam mais precisadas. Portanto, que não restassem dúvidas sobre essa matéria. -----

----- A Junta tinha um conjunto de serviços de apoio social, como por exemplo o apoio na parte oftalmológica, etc. Isso era preciso estar regulamentado, para que não houvesse situações de abuso e também perceber até onde a Junta podia ir nessa matéria. Estava regulamentado também em função dos rendimentos das pesosas, com limites e com tetos, as pessoas não eram todas iguais em termos de rendimento. -----

----- Esse regulamento era um aperfeiçoamento na opinião das técnicas sociais e claro que depois o Executivo da Junta analisou e abordou, ia melhorar a prestação do apoio social e porventura corrigindo algumas coisas que estavam mal, que permitissem algum equívoco junto das pessoas no sentido de que podiam pedir tudo à Junta, porventura limitando também a própria discricionariedade que os serviços ou o próprio Executivo poderiam ter em relação a algumas questões. Todos aprendiam com a prática quando se iniciava um processo, o regulamento não era uma coisa nova, era a melhoria daquilo que já se praticava na Junta de Freguesia. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** perguntou se esse regulamento ia substituir o regulamento do FES... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que quando aprovaram não foi dito que já existia o regulamento e que era para melhorar o regulamento já existente. Foi dito que era um regulamento para apoios sociais aos cidadãos porque com a pandemia houve gente que precisou muito. -----

----- Nessa altura tinha perguntado, quando estavam a aprovar a submissão à consulta pública. Não foi dito, se foi não lembrava e pedia desculpa por isso, mas não foi dito que era para melhorar ou que era para substituir o que já existia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** convidou a Eleita Maria de Jesus Pinheiro a depois fazer um exercício, que consultasse o regulamento antigo e comparasse com esse, veria uma linha de continuidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento de Concessão de Apoios Sociais a Cidadãos**

Residentes na Freguesia. (Proposta nº 147/2021-2025), tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e IND) e 3 abstenções (PCP, PEV e BE)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 11 - Autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação com o OPART — Organismo de Produção Artística, E.P.E. no âmbito da realização do Festival Ao Largo 2023. (Proposta nº 148/2021-2025);** -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que era uma brincadeira, mas no protocolo estava escrito que a associação oferecia para a Junta de Freguesia na fila da frente quatro lugares, então sugeria que na fila de trás se oferecessem dois lugares para a Assembleia de Freguesia. Era muito interessante o festival e esperava que pudessem assistir também. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de um Protocolo de Cooperação com o OPART — Organismo de Produção Artística, E.P.E. no âmbito da realização do Festival Ao Largo 2023. (Proposta nº 148/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 12 - Autorizar a celebração de 3 Protocolos de Cooperação com “O Companheiro — Associação de Fraternidade Cristã”, a “Associação Portugal-Bangladesh Friendship Association-PBFA” e com à “Associação Renovar a Mouraria” tendo em vista o suprimento de mão-de-obra dos serviços de higiene urbana da freguesia. (Proposta nº 149/2021-2025);** -----

----- **Eleita Catarina de Medeiros (BE)** disse que tinha uma pergunta a nível de decisão do Executivo. -----

----- Do que entendera nos protocolos, depois o contrato com o trabalhador seria feito através da associação, o protocolo era feito com as associações e a sua questão era o porquê da estrutura do protocolo ser feita dessa forma e não ser um pagamento direto da Junta ao trabalhador, estando as associações envolvidas na angariação de pessoas que pudessem ir para os cargos.-----

----- Falava que eram contratos a termo e nesse caso também saber se tinham informação de como seria esse vínculo laboral feito aos trabalhadores. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que a Associação “Renovar a Mouraria” e a Associação “O Companheiro” eram sobejamente conhecidas, mas não conhecia a Associação “Portugal-Bangladesh Friendship”. -----

----- Procurara consultar a comunidade islâmica de Lisboa, porque acompanhava o trabalho social que fazia na Cidade de Lisboa, mas também não obtivera nenhuma informação. Solicitava ao Senhor Presidente que pudesse esclarecer quem era essa associação. -----

----- Quanto ao resto, por princípio era totalmente favorável a esse protocolo.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que da leitura que fez encontrava algumas dificuldades, em que não conseguia encontrar justificação. Saber por que razão a proposta tinha três protocolos em separado e como se iriam fazer e o objeto, recursos humanos para a higiene urbana da Freguesia. Era angariação de recursos humanos para fazer a recolha e fazer higiene urbana na Freguesia. Todos teriam o mesmo papel, uns de angariadores. -----

----- Assim como o PPD/PSD aprovava os primeiros pontos em relação aos contratos interadministrativos e de cedência de competências da higiene urbana da Câmara para a

Junta de Freguesia, como já referira várias vezes ao longo de outras sessões, achava que esse trabalho tinha que ser o mais profissional possível e as pessoas que faziam a recolha da higiene urbana serem o mais profissionais possível. -----

----- Não via de que forma o amadorismo e a informalidade... havia falta de emprego, pessoas que tinham formação, esse trabalho era duro e difícil, percebia a inclusão, mas não percebia que fosse para fazer exatamente essa função. Tinha a ver com currículos, ou eram funcionários públicos com perfil adequado e com currículo ou não tinham. ---

----- A Junta já tinha feito imenso pela Freguesia ao colocar muitas famílias a trabalhar na higiene urbana, mas também precisavam de oportunidades de concurso, de pessoas que fossem profissionais e com perfil adequado para funcionário público. Não podia ser tudo do mesmo e mais uma vez podiam correr o risco de a Junta estar a contratar e ainda por cima de forma indireta. -----

----- Mantinha as suas dúvidas. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que era preciso esclarecer algumas questões. Primeiro, a Junta abriu recentemente concurso para quarenta assistentes operacionais nessa área e sabiam que só se candidataram cinco pessoas. Deduzia que para um período temporário. Mas também sabiam que as condições de trabalho não atraíam as pessoas para esse género de trabalho, as condições laborais também eram um problema das pessoas. -----

----- Não estavam contra que fossem feitos os protocolos com as associações, não estavam em causa as associações mencionadas, só achavam que esse processo não era muito bom porque havia Juntas de Freguesia que utilizaram os concursos para um ano e tiveram uma bolsa de pessoas para quando era preciso ir lá buscar. Sempre abriam concursos e ficavam afetas à Junta de Freguesia. Perguntou por que razão a Junta não utilizava a mesma situação. -----

----- A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior limitava-se a promover a inclusão social só para quatro meses, depois voltavam para a desgraça e isso não era bom para as pessoas, o mínimo seria um ano. Estava a acontecer noutras Juntas de Freguesia, estava a acontecer com a Câmara. -----

----- Por exemplo “O Companheiro” tinha um contrato com a Câmara para a remoção e no fim quem quis ficou, porque também havia aqueles que não queriam continuar, mas quem quis ficou com um contrato de um ano. -----

----- Perguntou por que razão a Junta de Freguesia não fazia isso em vez de estar a dar a hipótese de quatro meses. -----

----- Infelizmente acompanharam pessoas que precisavam de emprego, para que se inscrevessem nesse trabalho para quatro meses e não sabia quantas entraram, quantas concorreram, se concorreram ou se entraram. -----

----- Perguntou quantas pessoas ia contratar cada associação. Isso não estava claro, a forma como as associações iam contratar as pessoas. A Junta dizia que as pessoas contratadas não tinham vínculo à Junta, não eram funcionários da Junta, não se regiam pelas regras de funcionários, mas mais à frente dava-lhes regras. Tinham que ter horário, tinham que responder ao chefe, tinham as regras de um funcionário. -----

----- A Junta ao princípio dizia que era uma prestação de serviço e que não se regiam pelas mesmas regras, mas nas cláusulas mais para a frente as pessoas tinham que ser pontuais, cumprir horário, já se regiam pelas regras do trabalho público da Junta de Freguesia. -----

----- Não iam aprovar isso assim e não tinha nada a ver com as associações, era a forma como isso estava a ser feito, porque com a desculpa da Junta estar a fazer inclusão social... inclusão social para quatro meses? -----

----- Pediu calma ao Senhor Presidente, que estavam numa Assembleia de Freguesia e todos tinham regras e normas.-----

----- Cada associação tinha responsabilidade de contratar quantas pessoas? Estava dito que a Junta pagava diretamente o salário, mas se não tinham vínculo nenhum à Junta como seria? Aliás, eram os tais falsos recibos verdes, continuavam com o trabalho precário. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que esse mecanismo utilizado pela Junta de Freguesia já foi visto, era um mecanismo que tinha sido desenvolvido e bem pela Junta de Freguesia e com o qual concordava. Ele era utilizado também para outras associações. -----

----- Ficava muito contente que agora se tivessem envolvido outras associações, era bom aumentar a abrangência. Ficava contente porque havia uma associação cristã, havia uma associação de imigrantes, havia uma associação que tinha um papel demonstrado na Freguesia na integração. -----

----- Ficava muito contente que essas pessoas fossem ajudar os funcionários da Junta e que tivessem sido tomadas decisões que estavam escritas em contrato e em protocolo e que tinham medidas para colocar regras no funcionamento. Essas pessoas eram fundamentais no apoio à Junta de Freguesia, um protocolo que ajudava ao funcionamento e à assunção das competências que a Junta de Freguesia tinha na higiene urbana. -----

----- A Freguesia tinha sofrido muito com a atividade turística e com as atividades económicas e essas pessoas, em protocolo formal que ia à Assembleia, estavam a ser assumidas como pessoas capazes, competentes, para apoiar os funcionários num trabalho que cada vez era mais do que sazonal, mas onde era fundamental, por exemplo com a atividade que aconteceria em agosto com a visita do Papa e outras situações que aconteciam no verão onde o turismo cada vez mais tinha um papel. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que olhando para o que ali estava identificado via essa questão como um trabalho sazonal que podia permitir não só a identificação daqueles que tivessem características e que no futuro pudesse ser visto um caminho que lhes possibilitasse o recrutamento e um vínculo, por dois ou três níveis de razões.-----

----- Uma parte do seu trabalho tinha a ver com algumas dessas comunidades e a manutenção de laços ou de compromissos das pessoas ali identificadas maioritariamente das vezes, por razões diferentes de inclusão ou até de vulnerabilidades pré-existentes, não identificavam como necessário a integração imediata em quadros com outro nível de responsabilidade. Não só porque as pessoas muitas das vezes optavam por fazer algo que estava previsto na Lei, o abandono ao posto de trabalho, com todo um processo mais complexo de integração e que nalgumas situações dificilmente, na sua avaliação, poderia haver no imediato o cumprimento dessas matérias. -----

----- Queria identificar isso, não só com a sazonalidade, também com o forte aumento da procura que teriam na Freguesia durante o período das Jornadas Mundiais da Juventude, mas que se prolongava todos os anos sensivelmente até novembro ou dezembro.-----

----- Nessa perspetiva, a experiência que se fazia ali devia ser identificada como uma experiência piloto, tendo a certeza absoluta que se alguma situação dessas fosse possível de integração por outra via seria feito. -----

----- Em relação ao que a Eleita Maria de Lurdes Pinheiro identificou, também gostaria que todos os cidadãos tivessem uma remuneração superior, mas existindo um acordo com várias centrais sindicais existia uma tabela associada aos técnicos operacionais que tinha de ser cumprida. -----

----- Não lhe chocava, a experiência que estava ali só devia ser identificada como piloto, muito bem avaliada para que no futuro pudesse ser ou não replicada, ou procurarem outro tipo de atividade. -----

----- Havia uma matéria que no futuro não sabia se teriam que ter essa atividade ou não, para cumprir algumas das atividades absolutamente essenciais de manutenção da estrutura que tinham da higiene e da limpeza ter que socorrer a empresas privadas. Parecia-lhe que a ponderação de ter uma empresa privada ou ter essa experiência através de um órgão que a todos merecia o maior respeito e que tinham a certeza de pautar pela defesa de todos os cidadãos, essa opção do Executivo da Junta era mais adequada. Obviamente que precisava de ser avaliada, ponderada. -----

----- A função de fiscalização que lhes competia enquanto Assembleia de Freguesia foi numa primeira fase assegurada por todas as intervenções que ali foram realizadas e agora pedia ao Senhor Presidente da Junta que esclarecesse a todos antes de iniciar o período de votação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que talvez devesse ter usado da palavra logo de início, porque poderia porventura sossegar alguns dos Senhores Eleitos. -----

----- Em primeiro lugar o quadro global. A Junta não tinha dimensão para ter um quadro de pessoal ao nível da higiene urbana muito superior àquilo que necessitava todos os dias, com exceção da sazonalidade que era o período de verão, o período de turismo. --

----- Foram dimensionados em termos de reforma administrativa para cerca de quinze mil pessoas, mas tinham uma média diária de 250 mil pessoas, sobretudo por causa do tempo de verão. Portanto, desde o princípio que a Junta tinha a necessidade de durante o tempo de verão contratar pessoas por um período determinado para ajudarem nas tarefas da higiene urbana que normalmente os serviços eram capazes de cumprir durante todos os outros meses. -----

----- Acontecia que tiveram o Covid e durante o Covid não tiveram necessidade de contratar ninguém porque não houve a tal sobrecarga que justificasse estar a contratar. Isso não era uma iniciativa social, era para dar resposta a uma dificuldade da Freguesia durante um determinado período e só era possível porque tinham o contrato interadministrativo, que era um trabalho transitório. Não eram mais competências, eram mais horas de trabalho, mais carga de trabalho, tentar ao fim-de-semana ter os mesmos níveis de resposta que havia durante a semana e também garantir que os trabalhadores do quadro da Junta pudessem ir tendo férias durante um mês de verão. -----

----- Seria injusto e desumano estar a fazer um despacho, embora legalmente tivesse essa capacidade, em que ninguém tirava férias por necessidade de trabalho durante o mês de agosto. As pessoas tinham filhos, tinham as coisas programadas e havia muito bom senso nessa matéria, tinha-se garantido sempre que com a rotatividade dos trabalhadores do quadro alguns trabalhassem durante o verão, mas que outros pudessem ter férias. -----

----- Contratar essa bolsa de pessoas para ajudar durante o verão tinha sido essencial para a própria estabilidade dos bons trabalhadores que tinha no quadro, mas havia um problema porque receberam da Câmara Municipal 80 trabalhadores e nem todos eram bons trabalhadores, por dia trabalhavam 25 e o resto estava em baixas, serviços melhorados, etc. Era um problema grave que tinham e que mais Juntas de Freguesia tinham, se conversassem particularmente com outros Presidentes de Junta veriam se não havia esse problema. -----

----- Havia necessidade, para que não tivessem lixo à porta todos os dias, de contratar essas pessoas que não tinham experiência nenhuma, mas faziam o trabalho. Não era preciso nenhum doutoramento para fazer esse trabalho, porque desde que houvesse bons

chefes, bons encarregados, os trabalhos faziam-se, mas era um trabalho por quatro meses, não era mais que isso. -----

----- A Junta já decidiu que teria de fazer um concurso para preencher o quadro de pessoal nessa matéria porque, entretanto, houve muita gente que saiu, alguns também faleceram, outros que se reformaram, outros pediram mobilidade e também se receberam alguns em mobilidade, mas nos serviços de higiene urbana teriam cerca de uma vintena de lugares para preencher e iam fazer um concurso. Esses que estavam os quatro meses também podiam concorrer e outros que já lá estiveram também podiam concorrer, mas tinham que ter uma resposta imediata porque não era um ano Covid e teriam as Jornadas Mundiais da Juventude em que se previa mais um milhão de pessoas e porque fizeram um contrato interadministrativo com a Câmara onde assumiram responsabilidades para dar um conjunto de respostas que não conseguiam dar só com o pessoal que havia. -----

----- A Junta fez um edital convidando a população a inscrever-se e só se candidataram seis ou oito. Não podiam pagar mais, senão criava-se um problema com o pessoal do quadro e no princípio houve alguma incompreensão e algumas dúvidas por esclarecer, mas em vez de socorrerem a uma espécie de semi-privatização decidiu-se ver quem podia precisar. Contrataram-se os representantes dos timorenses, contratou-se “O Companheiro” porque já tinham algumas iniciativas deles e também se abordou a associação representativa do Bangladesh ligada à mesquita da Mouraria para saber se tinham pessoas com disponibilidade para ir trabalhar durante quatro meses e ajudarem nesse trabalho. A resposta tinha sido positiva. -----

----- Contratou-se a Associação “Renovar a Mouraria”, com quem tinham uma parceria estratégica. Foi aprovado um protocolo onde a Junta delegava na “Renovar a Mouraria” a responsabilidade de acompanhar a população imigrante. -----

----- O problema da maior parte desses cidadãos era que não sabiam tratar dos documentos. Os cidadãos de Timor por exemplo praticamente não falavam português, muitos não tinham a situação fiscal bem regularizada e estavam a tratar. Confortados sempre pelo gabinete jurídico encontrou-se uma forma de contratar essas pessoas, porque precisavam delas já, através dessas associações que eram o garante de terem a sua documentação toda em dia e as suas obrigações. Era isso que se estava a fazer. -----

----- Os cidadãos de Timor com quem reuniram, que eram muito humildes e percebia-se que estavam numa situação muito difícil, ficaram extremamente sensibilizados por se terem lembrado deles, mas se não houvesse uma associação a mediar eles não iam trabalhar para a Junta. -----

----- A Junta tinha algumas regras rígidas, a declaração de não dívida à Segurança Social e isso tudo, que eles não sabiam tratar e decidiu-se fazer isso com as associações. -----

----- O limite eram 40, não sabia quantos de Timor ou do Bangladesh e eles próprios tinha dificuldade em saber quantos conseguiam arranjar. Para a Junta era indiferente de onde iam, o limite era 40 e estava-se a trabalhar com essas entidades para os contratar, mas tinha que se submeter essa autorização à Assembleia de Freguesia. Se a Assembleia não aprovasse trabalhariam com os oito nacionais que já se candidataram, mas a resposta não seria a desejada pelas pessoas. -----

----- A Junta não estava a fazer caridade. Quando a Junta percebeu que não havia a adesão por parte da população foi procurar e contactou essas entidades. Estavam a trabalhar com eles, esperando que desse fruto. Eles teriam todo o direito de concorrer quando houvesse concurso aos quadros da Junta, mas o concurso era nacional, não podia abrir um concurso a dizer que só concorriam esses e os outros não. -----

----- Mesmo com o quadro completo, não tinha a certeza se quando chegassem aos meses de verão não teriam que fazer esse contrato excepcional, dada a excepcionalidade

do território. As pessoas por vezes não se apercebiam da dimensão, a Freguesia tinha menos de dez mil habitantes, porventura com os flutuantes no alojamento local até podiam ter doze ou quinze mil, mas havia por dia 300 mil pessoas na Freguesia a fazer lixo direta ou indiretamente. Dava-se resposta ou não, não havia varinhas mágicas para isso.-----

----- O caminho era sempre em diálogo com os sindicatos, iam abrir os concursos e tentar preencher os quadros, mas havia sempre necessidade nesse período de ter trabalho suplementar. Se tinham receita para isso, que ia do contrato interadministrativo, porque não o fazer? -----

----- Era um bocado maldoso dizer que se estava a fazer caridade. Não se estava a fazer caridade nem apoio social, precisavam desse trabalho e não houve cidadãos nacionais em número suficiente para aquilo que calcularam. Tinha perguntado aos serviços quantas pessoas precisavam para esse período e a resposta foi 40. Estavam a trabalhar para tentar alcançar essa situação. -----

----- Claro que quando os contratavam tinham que lhes dizer o que iam fazer, não estavam a contratar para uma profissão liberal e de trabalho intelectual, tinha que se dizer o que iam fazer. Havia um especial cuidado nessa matéria. -----

----- Se a Assembleia inviabilizasse, não resolviam os problemas da humanidade, mas estava convencido que os cidadãos de Timor e de outros lados ficariam com menos conforto do que se pudessem trabalhar quatro meses para a Junta. Ficava à ponderação da Assembleia se deviam ou não autorizar a Junta a fazer esses contratos com essas entidades. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que, pelo que percebia, as associações iriam receber o dinheiro relativamente aos ordenados, a Junta faria transferência dessas verbas para as associações que por sua vez iriam pagar às pessoas. Perguntou se era isso e se eles faziam atos fiscais únicos em troca. Era uma possibilidade fazerem um ato fiscal único, uma vez que era só para quatro meses, pessoas desempregadas que acabaram de chegar. Eram dinheiros públicos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a Junta faria a transferência mensal para as associações e eles combinavam. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que percebia a bondade e a urgência, a bondade de ser inclusivo e levar as pessoas de várias comunidades para a Freguesia. A questão para si era de justiça no tratamento a todos os cidadãos...-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que estava explicado na cláusula segunda do protocolo. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha percebido isso e por isso estava na dúvida. Não estava previsto o ato fiscal único e seria uma excelente oportunidade de os incluir realmente e essas associações ficarem com a responsabilidade de ajudar a torná-los formais, esse processo seria utilíssimo.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se as associações não tratassem da componente fiscal das pessoas que contratavam estariam a cometer uma ilegalidade e podiam ser penalizadas e pagar por isso. Eram associações de reconhecido mérito social, de reconhecida idoneidade e certamente que não entrariam em incumprimento legal, estava convencido disso. Podiam ser auditadas a qualquer momento também. ----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de acordo com a Lei parecia fácil de resolver. As pessoas tinham duas ou três formas de se legalizarem e uma delas era pela manifestação de interesse. Qualquer cidadão que chegasse a determinado território e encontrava um trabalho, mesmo que fosse de forma sazonal, podia fazer a manifestação de interesse e o Estado Português era das repúblicas mais inclusivas na proteção às pessoas que residiam ou que temporariamente estavam no território. -----

----- Havia um conjunto de matérias que tinham de ser acauteladas por ambas as partes, porque havia três níveis diferentes de intervenção. Pessoas que tinham uma trajetória em que potencialmente estiveram numa situação de cumprimento de pena e que estavam absolutamente reabilitados, que necessitavam desse primeiro apoio para terem confiança que eram capazes e que alguma desconfiança sobre pessoas que cumpriram pena não tinha justificação. -----

----- Depois havia a situação de pessoas que podiam ter tido anteriormente algum processo de consumo, mas que após uma intervenção da comunidade terapêutica estavam absolutamente disponíveis para voltar à sociedade. Mais uma vez era um primeiro apoio de integração. -----

----- Havia também as novas realidades de pessoas que procuravam Portugal, da mesma forma que já tiveram familiares que procuraram outros territórios do mundo para terem segurança e terem integração, possibilitarem uma vida para eles e para a família diferente.-----

----- Obviamente que havia sempre um receio natural, mas acreditando no Senhor Presidente e na capacidade fiscalizadora da Assembleia sentia-se apto a votar essa proposta.-----

----- **Eleita Catarina de Medeiros (BE)** disse que um ponto lhe parecia um pouco contraditório na lógica do discurso do Senhor Presidente, porque estavam a falar de um turismo em que diariamente havia um número mais elevado do que o número de fregueses, mas já não parecia que isso fosse uma questão sazonal. O turismo na cidade tinha sido muito intensificado ao longo do ano e continuaria, a não ser que houvesse outra pandemia ou que acontecesse outra coisa os números apontavam que todos os meses Lisboa tinha batido os seus recordes de número de visitantes.-----

----- Se calhar era uma questão que devia começar a ser encarada não só como sazonal e começar a pensar mais antecipadamente qual seria a melhor solução para essa questão. Todos os anos tinham os Santos e nesse ano ainda tinham o megaevento pontual das Jornadas Mundiais da Juventude, que acreditava que fosse um esforço muito grande. --

----- Iria abster nesse ponto porque ficava sem resposta sobre o vínculo laboral que seria feito com esses trabalhadores e como estariam a contribuir ou não para a precariedade dos mesmos. Era uma relação que não estava esclarecida no protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era só mesmo por quatro meses e, portanto, não havia vínculo nenhum.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de 3 Protocolos de Cooperação com “O Companheiro — Associação de Fraternidade Cristã”, a “Associação Portugal-Bangladesh Friendship Association-PBFA” e com à “Associação Renovar a Mouraria” tendo em vista o suprimento de mão-de-obra dos serviços de higiene urbana da freguesia. (Proposta nº 149/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e Ind.), 2 votos contra (PCP e PEV) e 2 abstenções (PSD e BE)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Sabemos que a Junta de Freguesia terá já feito recentemente concurso para 40 assistentes operacionais nesta área e não houve candidatos, apenas 5. Estes concursos eram para um período temporário.*-----

----- *Temos conhecimento que há outras JF que abrem concursos e deixam em aberto uma bolsa de recrutamento, para irem suprimindo as necessidades e quando essa bolsa está a esgotar, abrem outro concurso, mesmo que não seja para vagas efectivas, fazem*

para a criação de bolsas de recrutamento, para que não aconteça o que parece estar a acontecer aqui em SMM.-----

----- As condições salariais e de trabalho não atraem. As condições laborais são o ónus da questão. -----

----- A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior limita-se a promover a inclusão social destas pessoas nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2023 - apenas 4 meses — o que parece demasiado redutor quando este tipo de projectos de combate à exclusão social servem exactamente para que os seus Beneficiários possam conseguir ter novamente uma rotina, um emprego e um salário, num ambiente de trabalho que se quer saudável e equilibrado, e, no fundo, voltar a fazer parte da sociedade, na qualidade de cidadãos livres e plenos de direitos e, não apenas, uma solução de recurso para uma Junta de Freguesia que os pretenda contratar apenas por 4 meses. -

----- Se a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior quer efectivamente fazer a diferença na vida destas pessoas, deveria estabelecer um Protocolo de Cooperação por um período mínimo de 12 meses. -----

----- O processo de transferência de competências resultado da reorganização administrativa (se os serviços estivessem centralizados, seriam alocados aqui e ali consoante as necessidades, de uma perspectiva mais integrada), bem como das condições salariais e de trabalho que não atraem pessoas; O que está expresso nos protocolos não são projectos de inserção das associações, senão não eram por 4 meses, sendo que por tudo isto não acompanhamos a proposta. -----

----- Por estas razões votamos contra.” -----

----- **Ponto 13 - Appreciar a informação escrita do Presidente da Junta;** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha uma pergunta ao Executivo que não era nada de preocupante nem de grave, mas reparara que as decorações do Santo António subiam a Rua dos Remédios, subiam a Rua do Vigário e a partir do número 127 não havia decorações do Santo António. Queria saber se havia algum motivo especial para as decorações não serem pelo menos até à parte da Rua dos Remédios que era da Freguesia de Santa Maria Maior e que ia acima do 127. -----

----- Não sabia se a Junta já tinha conhecimento disso, mas ter em atenção que havia pelo menos dois abatimentos em passeios na Rua dos Remédios. Era bom mandar ver.

----- Outra questão era um alerta. A casa ao lado do edifício da Junta na Rua dos Remédios, onde vivia a Dona Noémia, estava com a porta aberta e era perigoso aquela porta estar aberta. Apesar de aquilo estar em más condições, na altura do Santo António e dos festejos era muito mau aquela porta estar aberta. Tinha avisado logo na Junta, mas dizia também ali para estarem atentos porque podia ser perigoso. -----

----- **Eleita Catarina de Medeiros (BE)** disse que gostaria de questionar sobre as obras do parque infantil do Recolhimento. Vira numa publicação que o Senhor Presidente teve oportunidade de estar no parque infantil com as obras de recuperação que estavam a fazer e queria perguntar se essas obras tiveram em consideração a recomendação que foi aprovada em Assembleia relativamente aos parques infantis mais inclusivos, ou se estava pensada alguma medida considerando que o parque estava em obras. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a informação sobre o abatimento dos passeios e a porta aberta. Pediria à Doutora Maria João para ir verificar. -----

----- Quanto às decorações, o Vogal do Executivo Ricardo Dias tinha a responsabilidade da coordenação geral dos festejos dos Santos Populares na Freguesia. Ele teve que se ausentar numa emergência e pediria a ele para dar essa resposta. -----

----- O que tinha verificado era que estavam muitos pendões da Paladino que não tinham licença da Junta para estarem. Já tinha telefonado à Senhora Engenheira Célia Mota para ver o que se passava com isso, mandar tirar e passar a conta. -----

----- Em relação ao parque infantil, a recuperação já estava feita e iam tentar e certamente responder à recomendação que foi feita e que era mais que justa, mas tinham que a pensar em termos globais dos três parques infantis sob responsabilidade da Junta.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse esperar que tivessem oportunidade de usufruir dos Santos Populares em qualidade na Freguesia. Sabia que havia membros de várias marchas e esperava que as marchas da Freguesia tivessem um comportamento honroso e meritório, vencedor na edição de 2023. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para além das marchas populares, que certamente todos teriam uma grande capacidade para admirar e apoiar, seria o Presidente de Junta mais feliz do mundo se ocupassem os três lugares do pódio. Isso não dependia do Presidente da Junta, mas queria fazer um convite porque nesse ano a Junta de Freguesia fazia dez anos e decidiram assinalar a data em contínuo. Começaria no dia 5 de junho com a gala de fado no Teatro São Luis, para a qual certamente receberam um convite. -----

----- Por razões logísticas da sala, como compreenderiam e porque havia mais candidatos a assistir do que oferta de bilhetes, que confirmassem rapidamente se iam ou não, porque não indo disponibilizava-se esse lugar para outras pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----